

MANUAL DE ESTILO DA REVISTA DO MPM



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CONSELHO EDITORIAL - 2015



MANUAL DE ESTILO DA REVISTA DO MPM

Brasília (DF)
2015



República Federativa do Brasil
Ministério Público da União
Ministério Público Militar

Procurador-Geral da República
Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Procurador-Geral de Justiça Militar
Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar
Roberto Coutinho

Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do MPM
Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Corregedora-Geral do MPM
Herminia Celia Raymundo

Conselho Editorial

Clauro Roberto de Bortolli
Procurador de Justiça Militar – Coordenador

Ronaldo Petis Fernandes
Procurador de Justiça Militar

Helena Mercês Claret da Mota
Promotora de Justiça Militar

Romana de Castro
Secretária-Executiva

MANUAL DE ESTILO DA REVISTA DO MPM

1ª edição
janeiro de 2015

Ministério Público Militar
Conselho Editorial do Ministério Público Militar
Setor de Embaixadas Norte, Lote 43
CEP: 70800-400
Brasília - DF
Telefone: (61) 3255-7308
Homepage: <http://www.mpm.mp.br>

Copyright © 2015. Todos os direitos autorais reservados.

Elaboração e projeto gráfico: Romana de Castro
Capa: Assessoria de Comunicação Institucional do MPM



Ministério Público Militar
Conselho Editorial

Manual de Estilo da Revista do MPM

1 Regra geral

Conforme o Regimento Interno da Revista do MPM, os artigos científicos deverão ser inéditos, nas áreas do Direito Militar, do Direito Público e do Direito Internacional.

2 Formatação geral do artigo

2.1 Tamanho do papel: A4.

2.2 Fonte: Times New Roman.

2.3 Tamanho da fonte:

- a) corpo do texto: 12;
- b) notas de rodapé: 10;
- c) citações com mais de 3 linhas: 10.

2.4 Espaçamento entre linhas:

- a) corpo do texto: 1,5;
- b) notas de rodapé: simples;
- c) citações com mais de 3 linhas: simples.

2.5 Recuo de parágrafo: 1 cm.

2.6 Margem direita da folha: 3 cm.

2.7 Margem esquerda da folha: 1,5 cm.

3 Conteúdo do artigo

3.1 Título

Título com apenas a inicial da primeira palavra em maiúsculo, e, nas demais palavras, inicial maiúscula somente quando for nome próprio. Quando houver desdobramento do título, este deverá vir depois do título seguido de dois pontos. Geralmente está, nas recomendações dos editores para os autores, o limite máximo do tamanho do título, que preferencialmente será curto, de 10 a 15 palavras. Exemplo: *Nova Lusitânia: história da guerra basílica*. Este manual não impõe com rigidez o limite máximo de palavras, mas aconselha ao autor que, dentro do possível, procure observar esse padrão mencionado, adotado por diversas editoras.

3.2 Nome do autor

Sem abreviações, seguido pelos cargos ocupados pelo autor, estes em número máximo de dois. Exemplo: Maria Flávia de Souza. Professora da Universidade de Direito. Professora do Instituto de Direito.

3.3 Resumo em português

Após o título e o nome/cargo, segue-se o resumo em português, com o máximo de 250 palavras, escrito de forma clara, abrangendo os pontos principais e contendo somente o que foi abordado no artigo. Conforme o American Manuscript Editors:

Da mesma forma que o sumário e a introdução de seu trabalho, o seu resumo é uma parte muito importante de seu artigo ou apresentação. Muitos leitores usam a informação fornecida no resumo para decidir se eles querem aprender mais sobre sua pesquisa. De fato, resumos são mais frequentemente lidos do que os artigos completos. Portanto, seu resumo deve ser bem estruturado, claro e sem erros. (Tradução nossa).¹

3.4 Palavras-chave

Após o resumo em português, as palavras-chave (ou palavras-chaves), que deverão identificar o conteúdo do texto, representando os principais tópicos abordados pelo artigo, pois o objetivo é a busca dos assuntos relacionados ao tema tratado, em base de dados, depois da indexação.

3.5 Resumo e palavras-chave em inglês

A versão em inglês, o mais próximo possível do original em português, do resumo e das palavras-chave (abstract and keywords).

3.6 Sumário

Escrito em sequência, sem quebra de linha, com a numeração correspondente aos títulos dos capítulos e aos seus desdobramentos. As referências não entram no sumário. Fonte Times New Roman, 12, espaçamento 1,5.

Exemplo de sumário: **SUMÁRIO:** 1. Introdução – 2. Inelegibilidade absoluta – 3. Inelegibilidade relativa – 4. Inelegibilidades infraconstitucionais e a Lei da “Ficha Limpa” – 5. Da legislação estrangeira – 6. Conclusões

3.7 Divisão do artigo em subtítulos (capítulos e seções)

Começando pela introdução e finalizando com a conclusão. Entre uma e outra, o autor poderá inserir subtítulos diversos, conforme o tema de cada parte do texto.

A diferenciação dos capítulos e seções será da seguinte forma:

1 SEÇÃO PRIMÁRIA (CAIXA ALTA, NEGRITO, TAMANHO 12);

1.1 Seção secundária (Caixa baixa, negrito, tamanho 12);

1.1.1 Seção terciária (Caixa baixa, *itálico, negrito, tamanho 12*);

1.1.1.1 Seção quartenária (Caixa baixa, sublinhado, negrito, tamanho 12);

¹ As a summary and an introduction of your work, your abstract is a critical part of your paper or presentation. Many readers use the information provided in an abstract to decide if they want to learn more about your research. In fact, abstracts are read far more often than the full articles. Therefore, your abstract must be well-structured, clear, and error-free.

3.8 As ilustrações

Deverão ser enviadas separadamente, em formato imagem, incluindo títulos, legendas e fontes, além da indicação de onde elas deverão aparecer no artigo. Essa indicação também deverá estar expressa em vermelho no texto. Exemplo: As margens do Rio Tocantis (inserir aqui a figura 1).

4 Citações

4.1 As citações curtas (até 3 linhas)

Deverão vir dentro do texto, entre aspas, com o mesmo tamanho de fonte, ou seja, 12. Exemplo: Conforme poema de Camões, “Alma minha gentil, que te partiste. Tão cedo desta vida descontente [...]”.

4.2 As citações longas (mais de 3 linhas)

Deverão ser recuadas 4cm, tamanho da fonte 10, espaçamento simples entre as linhas. Exemplo:

Alma minha gentil, que te partiste
Tão cedo desta vida descontente,
Repousa lá no Céu eternamente,
E viva eu cá na terra sempre triste.

4.3 Chamadas das citações

Quando incluídas no parágrafo, devem ser em letras minúsculas. Exemplo: Conforme Phelps (2014, p. 130); se dentro de parênteses, em letras maiúsculas (PHELPS, 2014, p. 130).

4.4 Quebra na citação

No começo, no meio ou no fim, usar o símbolo [...]. Exemplo: “As armas e os Barões assinalados. Que da Ocidental praia Lusitana [...]”.

4.5 Citações em língua estrangeira

Devem ser traduzidas, incluindo entre parênteses a expressão “tradução nossa” após a citação. O texto original, na língua estrangeira, deve ser reproduzido em notas de rodapé.

5 Referências

As referências devem ser inseridas no fim do artigo, tamanho da fonte 12, espaço simples entre as linhas, separadas por dois espaços simples entre cada uma delas, alinhadas somente à esquerda e título não numerado. Seguir as regras ABNT (NBR 6023) para elaboração de referências.

5.1 Modelo de formatação

DE LALLA, P. *Saggio sulla specialita penale militare*. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1990.

GARCÍA, O. G. *La jurisdicción militar en la etapa constitucional*. Madrid/Barcelona: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A, 1999.

LOBÃO, C. *Direito processual penal militar*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

6 Enumerações

A enumeração deve ser subdividida em alíneas, espaçamento entre as linhas de 1,5, recuo de 1,5 cm, fonte tamanho 12 e subdivisões designadas por letras minúsculas, seguidas de parênteses. Exemplos: a) b) c). As subdivisões devem começar com letra minúscula e terminar em ponto e vírgula, com exceção da última que termina em ponto. Para subdivisões dentro das alíneas deve-se utilizar símbolos, os mesmos para todo o texto.

Exemplo de enumeração:

Debate-se acerca da hierarquia da lei complementar em relação à lei ordinária. A doutrina que admite a superioridade hierárquica entre a lei complementar e a ordinária utiliza-se de três critérios:

a) a posição topográfica da lei complementar no texto constitucional (art. 59, II), logo abaixo das emendas à Constituição, revelaria sua posição hierárquica entre regras jurídicas componentes do ordenamento jurídico brasileiro;

b) formalmente, a lei complementar é superior à lei ordinária, pois esta não pode alterá-la, mas, ao contrário, a lei complementar revoga e altera a lei ordinária;

c) o quorum especial e qualificado exigido pela Constituição para a aprovação da lei complementar (maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso Nacional) conferiria à lei complementar uma superioridade formal com relação à lei ordinária.

(Texto retirado do livro *Técnica Legislativa*, 2010, de Kildare Gonçalves Carvalho)

7 Notas explicativas

São esclarecimentos, observações, comentários que não devem ser incluídos no texto a fim de que não haja interrupção na sequência lógica da leitura. Elas devem ser breves e claras, jamais muito extensas, pois estas prejudicam a leitura e contribuem para o transbordamento de seu texto para a página seguinte. Deve-se evitar incluir em notas de rodapé: listas, tabelas, figuras, citações (exceto nos casos de tradução, como já foi explanado) ou referências (exceto para citação da citação).

8 Hifenização e quebra de página

NÃO utilizar estes recursos, disponíveis nos editores de texto.

9 Itálico, negrito e sublinhado

Para cada um destes recursos, há uma função dentro do texto. Para os manuscritos destinados à Revista do MPM, deve-se seguir o padrão: itálico, para palavras de língua estrangeira; negrito,

para título e desdobramentos; e sublinhado, para diferenciar desdobramentos do título (como já foi explicado neste manual) e para grifar, nas citações ou no texto, dados que o autor julga merecerem destaque.

10 Endereço eletrônico para envio dos artigos

revista@mpm.mp.br

Referências

AMERICAN MANUSCRIPT EDITORS. Disponível em: <http://www.americanmanuscripteditors.com/free_abstract_editing.aspx> . Acesso em: 30 jan. 2015.

ARAÚJO, E. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lexikon Editora Digital, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10520*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

CARVALHO, K. G. *Técnica Legislativa*. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

CASSEB, P. A. Direitos políticos dos militares. *Revista do Ministério Público Militar*. Brasília, 24. ed., p. 131-160, nov. 2014.

PEREIRA, M. G. *Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. Conselho Editorial do Ministério Público Militar. *Regimento Interno para a Revista do MPM*. Disponível em:< <http://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2013/08/regimento-da-revista-do-mpm.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

THE CHICAGO MANUAL OF STYLE. Disponível em: <<http://www.chicagomanualofstyle.org/home.html>> . Acesso em: 12 jan. 2015.